

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.****TECPAV CONCESSÕES E ENGENHARIA LTDA.**

**CONFIANÇA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Goiânia/GO, na Rua 23, n.º 396, Setor Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-260, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.532.554/0001-68, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o n.º 52203308673 em 14/01/2014, neste ato representada por Sr. SEBASTIÃO DE PASSOS FERREIRA, brasileiro, casado sob regime separação de bens, administrador de empresa, nascido em 29/03/1959, portador da cédula de identidade n.º 748.858 – 2ª Via SSP/GO expedida em 01/12/2011, inscrito no CPF n.º 190.343.771-72, CNH nº 00516779612 expedida por DETRAN/GO, domiciliado na Rua 23, N.º 396, Qd. A11, Lt. 26, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-260; e

**PROGRESSO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado sob a forma de sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.572.309/0001-84, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o n.º 5220331027-9 em 21/01/2014, sediada na Rua 31, n.º 150, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-340, neste ato representada por Sr. DANIEL JEAN LAPERCHE, nascido em 30/08/1958, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade n.º 735.828 – 2ª Via DGPC/GO e inscrito no CPF sob o nº 167.189.251-87, CNH nº 00351614805 expedida por DETRAN/GO, com domicílio na Rua 31, n.º 150, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-340; e

**JN ASSESSORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado sob a forma de sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 60.104.150/0001-77, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o nº 52206978696 em 26/03/2025 com efeitos em 24/03/2025, com sede na Avenida Deputado Jamel Cecílio, nº 2929, Qd. B-27, Lote Area Sala 1410-A, CEP 74.810-100, Jardim Goiás, Goiânia – GO, neste ato representada por seu sócio JOÃO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, nascido em 16/08/1962, portador da identidade profissional nº CRA GO/TO nº RD-2425, inscrito no

CPF sob o nº 227.824.941-04, CNH nº 02489210160 expedida por DETRAN/GO, domiciliado na Rua 70, s/n, Qd. C17, Lt. 1-E, Apto. 1204, Bloco Harmonia, Res Mahatma Gandhi, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74.810- 350.

As partes supra qualificadas têm entre si justo e acertado o presente Contrato de Constituição de Sociedade Limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições deste.

## **I – Denominação, Objeto, Sede e Prazo**

### **CLÁUSULA 1ª**

A Sociedade será denominada **TECPAV CONCESSÕES E ENGENHARIA LTDA.**, adotando nome de fantasia **TECPAV CONCESSÕES E ENGENHARIA.**

### **CLÁUSULA 2ª**

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: obras de terraplenagem, administração de obras, construção de rodovias e ferrovias, concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados, incluindo a cobrança de pedágios; compra e venda de imóveis próprios, aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; coleta de resíduos perigosos e não perigosos; obras de irrigação, construção de instalações esportivas e recreativas; atividades de consultoria em gestão empresarial, serviços especializados para construção não especificados anteriormente, transporte rodoviário de carga, serviços de engenharia, montagem de estruturas metálicas, incorporação de empreendimento imobiliários, locação de automóveis sem condutor, locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; holdings de instituições não financeiras; outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, construção de edifícios, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, construção de obras de arte especiais, obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; tratamento e disposição de resíduos perigosos, descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos, atividades de limpeza não especificadas anteriormente, outras sociedades de participação.

E exercerá as seguintes atividades:

| <b>Código</b> | <b>Descrição</b>  |
|---------------|---|
| 43.13-4-00    | Obras de terraplenagem.   |
| 43.99-1-01    | Administração de obras  |
| 42.11-1-01    | Construção de rodovias e ferrovias.   |
| 43.99-1-99    | Serviços especializados para construção não especificados anteriormente   |
| 52.21-4-00    | Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados   |
| 68.10-2-01    | Compra e venda de imóveis próprios  |
| 77.32-2-01    | Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.                                   |
| 77.19-5-99    | Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor                                 |
| 38.11-4-00    | Coleta de resíduos não-perigosos.   |
| 70.20-4-00    | Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica                              |
| 49.30-2-01    | Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal                                     |
| 71.12-0-00    | Serviços de engenharia,   |
| 42.92.8-01    | Montagem de Estruturas Metálicas.   |
| 41.10-7-00    | Incorporação de Empreendimento Imobiliários.  |
| 77.11-0-00    | Locação de Automóveis sem condutor.   |
| 64.62-0-00    | Holdings de instituições não financeiras.   |
| 6.463-8-00    | Outras sociedades de participação, exceto holdings  |
| 42.99-5-99    | Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente.   |
| 74.90-1-99    | Outras atividades Profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente.                            |
| 41.20-4-00    | Construção de edifícios.  |
| 42.11-1-02    | Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos.  |
| 42.12-0-00    | Construção de obras de arte especiais.  |
| 42.13-8-00    | Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.   |
| 42.22-7-01    | Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação. |
| 42.22-7-02    | Obras de Irrigação.   |
| 42.99-5-01    | Construção de instalações esportivas e recreativas.   |

|            |   |
|------------|---|
| 36.00-6-01 | Captação, tratamento e distribuição de água.                |
| 37.01-1-00 | Gestão de redes de esgoto.                                  |
| 37.02-9-00 | Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes. |
| 38.12-2-00 | Coleta de resíduos perigosos.                               |
| 38.21-1-00 | Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.          |
| 38.22-0-00 | Tratamento e disposição de resíduos perigosos.              |
| 39.00-5-00 | Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos.    |
| 81.29-0-00 | Atividades de limpeza não especificadas anteriormente.      |

**Parágrafo Primeiro** – A Sociedade poderá participar em outras sociedades, simples ou empresariais, como sócia, quotista ou acionista.

**Parágrafo Segundo** – A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar sucursais, filiais e agências em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante ata de reunião de sócios.

**Parágrafo Terceiro** – Ao presente Contrato Social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

### **CLÁUSULA 3ª**

A Sociedade terá sede em Goiânia, Estado de Goiás, com endereço na Rua 23, nº 396, Qd. A-11, Lt. 8E, Sala 10, Jardim Goiás, CEP: 74.805-260.

### **CLÁUSULA 4ª**

A Sociedade terá início de suas atividades na data de sua assinatura e possuirá prazo de duração indeterminado.

## **II – Capital**

### **CLÁUSULA 5ª**

O Capital Social será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) divididos em 300.000 (trezentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País no ato de assinatura do presente instrumento, assim distribuídas entre os sócios:

| <b>SÓCIOS</b>  | <b>QUOTAS</b>  | <b>VALOR EM R\$</b>   | <b>PORCENTAGEM</b> |
|--|----------------|-----------------------|--------------------|
| <b>CONFIANÇA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.</b>       | 149.490        | R\$ 149.490,00        | 49,83%             |
| <b>PROGRESSO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.</b>       | 149.490        | R\$ 149.490,00        | 49,83%             |
| <b>JN ASSESSORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.</b> | 1.020          | R\$ 1.020,00          | 0,34%              |
| <b>TOTAL</b>   | <b>300.000</b> | <b>R\$ 300.000,00</b> | <b>100%</b>        |

**Parágrafo Primeiro** – A responsabilidade de cada Sócio é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

**Parágrafo Segundo** – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, que para cada uma delas reconhece apenas um único proprietário.

**Parágrafo Terceiro** – As quotas são absolutamente impenhoráveis, não sendo permitido nenhum tipo de gravame ou ônus sobre as mesmas, exceto se previamente acordado pelas partes.

#### **CLÁUSULA 6ª**

As quotas poderão ser livremente transferidas entre sócios, mas a cessão de quotas a terceiros deverá ser precedida de oferta escrita aos demais Sócios, da qual conste o preço e as condições de pagamento, tendo estes, direito de preferência para adquiri-las nas mesmas condições oferecidas pelo terceiro interessado, na proporção das suas quotas no capital social, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento protocolado da oferta.

**Parágrafo Primeiro** - Decorrido o prazo estabelecido no *caput*, sem que os Sócios tenham, no todo ou em parte, exercido o seu direito de preferência, os ofertantes poderão ceder as quotas oferecidas a terceiros, desde que nas mesmas condições de preço e forma de pagamento anteriormente ofertada aos demais Sócios. Caso as ofertantes recebam contraproposta junto a qualquer terceiro, as mesmas retomarão à oferta/preço às demais Sócias, em estrito cumprimento do direito de preferência.

### **III – Administração**

#### **CLÁUSULA 7ª**

A administração da sociedade será exercida por três grupos de administradores, “a” (Grupo 1), “b” (Grupo 2) e “c” (Grupo 3), que assinam todos os atos da sociedade sempre em conjunto de **dois** administradores, sendo **vedada** a representação exclusiva por administradores componentes de um mesmo grupo.

- a) Grupo 1: Foram designados administradores os seguintes representantes, Sr. SEBASTIÃO DE PASSOS FERREIRA, brasileiro, casado sob regime separação de bens, administrador de empresa, nascido em 29/03/1959, portador da cédula de identidade n.º 748.858 – 2ª Via SSP/GO expedida em 01/12/2011, inscrito no CPF n.º 190.343.771-72, CNH n.º 00516779612 expedida por DETRAN/GO, domiciliado na Rua 23, N.º 396, Qd. A11, Lt. 26, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-260; MARIA LÚCIA FERREIRA CARVALHO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, portadora da Cédula de Identidade n.º 1196872 – 2ª Via SPTC/GO expedida em 10/08/2007, inscrita no CPF sob o n.º 290.673.591-49, domiciliada à Rua 23, n.º 396, Qd. A11, Lt. 26, Jardim Goiás, CEP 74.805-260, Goiânia/GO e, JADIR MATSUY, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade n.º 619006 2ª via DGPC/GO, inscrito no CPF sob o n.º. 193.935.801-97, CNH n.º 02543690102 expedida por DETRAN/GO, domiciliado na Rua 23, n.º 396, Qd. A11, Lt. 26, Jardim Goiás, CEP 74.805-260, Goiânia/GO.
- b) Grupo 2: Foram designados administradores os Senhores, DANIEL JEAN LAPERCHE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade n.º 735.828 – 2ª Via DPGC/GO, inscrito no CPF sob o n.º 167.189.251-87, CNH n.º 00351614805 expedida por DETRAN/GO, com domicílio na Rua 31, n.º 150, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-340, Goiânia/GO; RAPHAEL BONTEMPO LAPERCHE,

brasileiro, casado sob o regime separação absoluta de bens, engenheiro civil e advogado, portador da Cédula de Identidade nº 4032124 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob nº 037.230.271-80, CNH Nº 04856054507 expedida por DETRAN/GO, domiciliado na Rua 31, nº 150, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74.805-340; e LEONARDO ARAÚJO LAPERCHE, brasileiro, casado sob o regime de separação absoluta de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade n.º 5631773 SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 041.266.381-30, CNH nº 05708345977 expedida por DETRAN/GO, domiciliado na Rua 31, n.º 150, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805-340.

- c) Grupo 3: Foi designado administrador o Senhor JOÃO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade Profissional nº RD 2425 CRA GO/TO, inscrito no CPF/MF sob nº 227.824.941-04, CNH nº 02489210160 expedida por DETRAN/GO, residente e domiciliado na Rua 70, s/n, Qd. C17, Lt. 1-E, Apto. 1204, Bloco Harmonia, Res Mahatma Gandhi, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74.810-350.

**Parágrafo Primeiro** – Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, conforme art. 1011, §1º da Lei 10.406/2002.

**Parágrafo Segundo** – Os administradores designados poderão aprovar, sempre em conjunto de **duas assinaturas, sendo uma de cada GRUPO**, em casos específicos de uso da empresa e denominação social em atividades ou negócios alheios aos interesses da sociedade, assinar como avais, fianças, endossos, abonos, garantias, cauções ou quaisquer outros negócios de mero favor, em operações realizadas em favor da própria sociedade, dos sócios ou de terceiros.

**Parágrafo Terceiro** – Os administradores sempre em conjunto de duas assinaturas, **sendo uma de cada GRUPO**, exercerão todas as atividades da administração, podendo ainda nomear procuradores, devendo constar no instrumento de mandato os poderes específicos.

Nas aquisições e vendas de imóveis, deverá ter apenas a assinatura de um administrador do **Grupo 1** e uma outra assinatura de um administrador do **Grupo 2**.

**Parágrafo Quarto** - A remuneração dos Administradores será fixada pelos Sócios, em Reunião de Sócios, e levada à conta de despesas gerais.

### **CLÁUSULA 8ª**

Os Administradores estão dispensados de prestar caução para garantia de suas obrigações.

## **IV – Deliberações**

### **CLÁUSULA 9ª**

As deliberações dos Sócios serão tomadas em Reuniões, observadas as disposições legais, tornando-se a mesma dispensável quando todos os Sócios decidirem, expressamente, sobre seu objeto.

**Parágrafo Primeiro** - As deliberações relativas à administração e à gestão dos negócios sociais, bem como quaisquer atos de disposição do patrimônio da sociedade, inclusive a venda, cessão ou transferência, total ou parcial, das quotas ou do estabelecimento empresarial, dependerão da aprovação de maioria elevada do capital social, representada por sócios detentores de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das quotas.

**Parágrafo Segundo** – Do Comitê de Solução de Impasse.

Para os fins deste contrato, sempre que os membros da Administração, conforme grupos declinados da Cláusula Sétima, não alcancem o acordo necessário para deliberar sobre (i) uma ou mais questões específicas ("Matérias do Impasse") em pelo menos 3 (três) ocasiões, sejam elas Assembleias ou Reuniões realizadas pelos membros da Administração consecutivas, em que a Matéria do Impasse esteja na ordem do dia, observado um intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre as reuniões; ou (ii) na ausência de acordo para deliberação de uma ou mais questões específicas em uma sequência de uma reunião dos membros da Administração seguida por uma Assembleia Geral, ou vice-versa, independentemente de serem consecutivas ou alternadas, desde que as questões em pauta sejam as mesmas em ambas as ocasiões ("Impasse"), os Sócios deverão observar que: caso não seja possível uma solução consensual para o Impasse, poderá "o Impasse" ser encaminhado, por qualquer quotista/sócio a um comitê *ad hoc*.

O Comitê *Ad hoc* terá por objeto analisar as situações de Impasse, propondo formas de solução, que não vincularão a Sociedade ou seus sócios. O Comitê de Revisão de Impasse



será composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) membro indicado pela Sócia CONFIANÇA, e 1 (um) membro indicado pela Sócia PROGRESSO, e um terceiro membro a ser escolhido conjuntamente pelos membros da Administração consignados na Cláusula Sétima.

**Parágrafo Terceiro** – Caso um Sócio decida submeter o Impasse à análise do Comitê de Revisão de Impasse ("Sócio Solicitante"), o Acionista Solicitante deverá encaminhar uma notificação ao outro(s) Sócio(s), informando sobre a intenção e descrevendo a Matéria de Impasse e indicando um membro para o Comitê de Revisão de Impasse ("Notificação de Revisão"). Recebida a Notificação de Revisão, o(s) outro(s) Sócio(s) terá o prazo de 3 (três) dias úteis para indicar um membro para o Comitê de Revisão de Impasse, por meio de resposta à notificação enviada pelo Sócio Solicitante. Caso o Sócio deixe de fazer a indicação de membro para o Comitê de Revisão de Impasse, esse direito será automaticamente transferido ao Sócio Solicitante, que poderá indicar então 3 (três) membros do Comitê de Revisão de Impasse.

**Parágrafo Quarto** – A contratação dos membros do Comitê de Revisão de Impasse será realizada pela Administração e às suas expensas, devendo concluí-la no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de recebimento das indicações dos Sócios.

Finalizada a contratação dos membros do Comitê de Revisão de Impasse, será realizada a primeira reunião do comitê, da qual participarão os Sócios e os Membros do Comitê de Revisão de Impasse. A primeira reunião do Comitê de Revisão de Impasse deverá ocorrer sequencialmente no prazo de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo Quinto** – Os membros do Comitê de Revisão de Impasse deverão emendar todos os esforços para entregar aos Sócios Quotistas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da reunião a que se refere o parágrafo anterior, seu Parecer sobre a Matéria de Impasse e a sua visão em relação à forma mais adequada para sua solução, considerando as legislações pertinentes, assim como informações técnicas, operacionais e financeiras da Sociedade.

**Parágrafo Sexto** – Os custos com o Comitê de Revisão de Impasse, incluindo honorários de seus membros e de eventuais pareceres, estudos, avaliações e materiais similares que venham a ser contratados para subsidiar o comitê, serão arcados pela Sociedade.

**Parágrafo Sétimo** – Havendo a **impossibilidade** de Solução Consensual do Impasse, sem prejuízo da análise do Parecer sobre a Matéria de Impasse, qualquer Sócio/Administrador poderá submeter o Impasse à arbitragem a qualquer tempo, de preferência na Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB). Na ausência da citada Câmara no foro de Goiânia/GO, será estabelecida a mesma Câmara em Brasília - DF.

### **CLÁUSULA 10ª**

A exclusão de Sócios em benefício da Sociedade, na forma da lei, dependerá da aprovação da maioria elevada do capital social, representada por sócios detentores de, no mínimo, **60% (sessenta por cento) das quotas**, desde que o sócio a ser excluído tenha praticado ou esteja praticando atos de inegável gravidade, a ponto de colocar em risco a continuidade da empresa.

### **CLÁUSULA 11ª**

Em caso de liquidação da Sociedade, será escolhido o liquidante dentre os Sócios, por deliberação de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

## **V – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados**

### **CLÁUSULA 12ª**

O exercício social corresponde ao ano civil. Ao término de cada exercício, em até quatro meses, será levantado um balanço patrimonial e um balanço de resultado econômico correspondente ao exercício findo.

**Parágrafo Primeiro** – Os lucros líquidos e as perdas terão a destinação que lhes for determinada pelos Sócios, sendo que sua distribuição, se houver, será feita a todos os Sócios, na proporção de sua participação no capital Social.

**Parágrafo Segundo** – É permitida a distribuição desproporcional de lucros, mediante deliberação unânime dos sócios.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios poderão solicitar o levantamento de balancetes mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais para fins de apuração e distribuição de lucros, desde que haja disponibilidade financeira na sociedade.

## **VI – Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio**

### **CLÁUSULA 13ª**

A retirada, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer dos Sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, de comum acordo, resolvam liquidá-la.

**Parágrafo Primeiro:** O herdeiro tem ordem de preferência para assumir o lugar do Sócio retirante, extinto, morto, excluído ou falido.

**Parágrafo Segundo** – Os haveres do Sócio retirante, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base nas últimas demonstrações contábeis levantadas pela Sociedade, desde que inferior a 6 (seis) meses. Caso as últimas demonstrações contábeis tiverem mais de 6 (seis) meses, contados do evento, serão levantadas novas demonstrações contábeis especialmente para esse fim.

**Parágrafo Terceiro** – O pagamento dos referidos haveres do sócio retirante, extinto, morto, excluído ou falido, se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas consecutivas, sendo a primeira com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente à apuração dos haveres, desde que a forma aqui estipulada não comprometa ao fluxo financeiro projetado da empresa, inclusive considerando os tributos, empréstimos e financiamentos que ainda irão vencer referente aos compromissos assumidos até a data de saída do sócio retirante.

**Parágrafo Quarto** – A Sociedade e o Sócio retirado, extinto, excluído ou falido, ou quem o tenha sucedido legalmente poderão, de comum acordo, contratar auditores independentes, com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ou por empresa especializada em *valuation*, e estipular prazos diferentes para o pagamento dos haveres.

**Parágrafo Quinto** – A Sociedade e o Sócio retirado, extinto, excluído ou falido, ou quem o tenha sucedido legalmente, deduzir-se-á 50% (cinquenta por cento) da remuneração paga aos auditores independentes contratados conforme previsto parágrafo anterior.

## **VII – Foro**

### **CLÁUSULA 14ª**

Para todas as questões oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da cidade de Goiânia/GO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja ou venha a tornar-se.

## **VIII – Declaração de Desimpedimento**

### **CLÁUSULA 15ª**

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, conforme art. 1.011, §1º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Goiânia/GO, 27 de maio de 2025.

### **Sócias:**

**CONFIANÇA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**  
Sebastião de Passos Ferreira

**PROGRESSO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**  
Daniel Jean Laperche

**JN ASSESSORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
João Nogueira de Oliveira

### **Administradores do Grupo 1:**

Sebastião de Passos Ferreira  
CPF 190.343.771-72

Maria Lúcia Ferreira Carvalho  
CPF 290.673.591-49

Jadir Matsuy  
CPF 193.935.801-97

**Administradores do Grupo 2:**

Daniel Jean Laperche  
CPF 167.189.251-87

Raphael Bontempo Laperche  
CPF 037.230.271-80

Leonardo Araújo Laperche  
CPF 041.266.381-30

**Administrador do Grupo 3:**

João Nogueira de Oliveira  
CPF 227.824.941-04

Testemunha:

Adalberto Barreto Magalhães  
CPF 326.103.605-25

Lukéria Naves dos Santos  
CPF 911.966.471-00  
OAB/GO 25.459



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa TECPAV CONCESSÕES E ENGENHARIA LTDA. consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) |      |
|----------------------------------|------|
| CPF/CNPJ                         | Nome |
| 03723027180                      |      |
| 04126638130                      |      |
| 16718925187                      |      |
| 19034377172                      |      |
| 19393580197                      |      |
| 22782494104                      |      |
| 29067359149                      |      |
| 32610360525                      |      |
| 91196647100                      |      |